



SANDRA REGINA GARCIA > Por Ricardo Silva

Sandra Regina Garcia é Professora Assistente da Universidade Estadual de Londrina na área de Políticas Educacionais

O ensino integrado: a experiência do Paraná

EPCT | Qual é a concepção do Paraná sobre o Ensino Integrado?

O Ensino Integrado é um sistema que possibilita ao jovem e ao adulto ter uma formação integral em um único currículo, que vai além daquilo que é necessário para o mercado de trabalho ou para o seu processo de escolarização e formação continuada. Na verdade, o Ensino Integrado é a possibilidade de o aluno fazer uma escolarização profissional com uma formação mais sólida. Contudo, esse sistema ainda está em processo de construção. No estado do Paraná, iniciamos o projeto em 2004, e ainda não concretizamos a segunda estruturação curricular. Para avançarmos nessa perspectiva da integração, partimos da junção de conhecimentos para a articulação de conhecimentos, pois julgamos ser este o caminho necessário para o professor compreender a integração não só como uma soma de disciplinas, mas também como uma construção de conhecimentos num processo de formação única, continuada, profissionalizada, voltada para a inserção no mercado de trabalho.

EPCT | Professora, quais são os arranjos curriculares do Ensino Integrado?

O currículo do Ensino Integrado parte de uma concepção de sociedade, de formação do homem constituída coletiva-

mente, de forma representativa, diferentemente do coletivo. O Currículo Integrado constitui uma rede, em regime não experimental, que começou com setenta e seis escolas e foi aumentando gradativamente. Hoje são mais de duzentas escolas que integram a rede no Paraná. Quando a escola opta pelo Ensino Integrado, partimos então para a construção coletiva do currículo. A secretaria não propõe o currículo, nem contrata profissionais para elaborá-lo. Primeiramente, propomos que a escola observe sua região, sua comunidade, por meio de indicativos e estudos clipados do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento do Paraná, que a própria Secretaria apresenta, para então traçar uma fotografia do Estado do Paraná e de suas expectativas para o futuro. Então, a partir dessas duas perspectivas, é possível à escola indicar, num rol de opções de cursos técnicos, o curso mais adequado para a sua comunidade. Depois disto, nós convidamos os gestores e professores da escola a iniciarmos um trabalho coletivo com base num documento da rede estadual que apresenta os pressupostos pedagógicos e políticos da educação profissional do estado do Paraná e que nos ajuda a escolher os cursos. Para construirmos a proposta curricular, sempre convidamos um profissional do ensino superior da área específica de cada curso para articular os currículos com os professores da escola. Lembrando que a matriz curricular é disciplinar, ordena-

da de forma alfabética e não por prioridade – como disciplinas básicas mais importantes que as disciplinas técnicas. A materialização desse currículo nas escolas tem uma variação muito grande. Dizemos que ela é representativa, porque é um ir e vir. As escolas indicam alguns professores, que participam da discussão, voltam para a escola, discutem com seus pares e retornam até construir a proposta curricular. Muitas vezes, a proposta não é unânime, pois há pensamentos diferenciados, mas nós tentamos construí-la de tal forma que a maioria dos professores concorde e tenham opção de trabalho. E então a validamos. Após a validação, procuramos de dois em dois anos fazer uma realimentação desse currículo, buscando subsídios tanto da escola quanto dos alunos e professores, para a reelaboração. Portanto, é um currículo que está sendo sempre realimentado a partir da inserção de novas escolas para que possamos chegar a essa integração.

EPCT | *Professora, segundo seu comentário, a matriz curricular do Paraná é pensada sob uma perspectiva disciplinar. Entretanto, os parâmetros curriculares do MEC apresentam as competências e habilidades a serem desenvolvidas. O currículo de vocês é pensado a partir da matriz de competências ou não?*

É uma opção da educação do Paraná não adotar a matriz de competências. Em 2003, tivemos amplas discussões e decidimos romper com ela. O estado do Paraná não trabalha com competências e habilidades na educação básica e, principalmente, na educação profissional, pois as julgamos inconcebíveis na formação de um sujeito integral. Discutimos muito, avançamos nesta discussão e hoje nosso currículo trata de conhecimentos e não de competências e habilidades.

EPCT | *Por que não é possível a formação integral com base nas competências e habilidades?*

Assim como alguns pesquisadores da área, entendemos que as competências e habilidades são limitadoras. Para nós, o conhecimento deve ser trabalhado na perspectiva da aplicabilidade e nosso entendimento é que ele é mais amplo que isso.

EPCT | *Professora, quais as consequências da implementação desse currículo na prática docente?*

Há a necessidade de um grande investimento na formação dos professores, pois a maioria deles vem de uma formação fragmentada. E por isso suas práticas precisam ser rediscutidas. Assim como o currículo é construído coletivamente, o trabalho docente na escola também deve ser coletivo. Mas esta ainda é uma tarefa difícil. Mesmo que o professor tenha 20% de sua carga horária de

hora atividade a ser desenvolvida na escola e use esse momento para discutir com seus pares, no sentido de construir essa nova metodologia e promover a integração, sentimos ainda a necessidade de um melhor compartilhamento de experiências por parte dos professores. Temos feito essa discussão desde 2003 e constatamos que a formação lá no chão da escola ainda é uma necessidade mais concreta. Pois, por mais que os professores se desloquem para fazer atividades, cursos, atualizações, para a escola obter esse retorno, por meio do compartilhamento coletivo entre os professores, ainda é um desafio muito grande para nós. Por isso, estamos procurando fazer agora um trabalho que enfoque mais a escola.

EPCT | *De que maneira os conhecimentos da formação humana aparecem na matriz curricular do Ensino Integrado?*

O desenho curricular dos cursos prevê ementas e a matriz curricular varia conforme a carga horária – de 2.000 a 2.400 horas para o nível médio e de 800 a 1.200 horas para os cursos técnicos. Alguns conhecimentos da área de formação humana são estruturados em disciplinas e outros são adicionados às ementas dos cursos. A segurança do trabalho, por exemplo, tem de permear todos os cursos. Ela está presente não como uma disciplina, mas como um conhecimento que permeia todo o processo de formação. Assim também ocorre com as questões ambientais, que não devem compor apenas o curso de meio ambiente, mas têm de permear a construção de todos os currículos, como um conhecimento necessário para a formação do sujeito.

EPCT | *Como o estado do Paraná está tratando da formação do corpo docente da rede?*

Esse é um problema que nós temos discutido muito com o Ministério da Educação. Desde 2004, realizamos dois concursos para professores de educação profissional. No primeiro concurso foram quinhentas vagas e no segundo concurso foram mil e quinhentas vagas. Os inscritos para as áreas técnicas, em sua maioria, foram bacharéis, portanto, não-licenciados para atuarem como professores. Para resolvermos esse impasse, articulamos com as universidades estaduais do Paraná, a partir da proposta pedagógica que tínhamos e dos fundamentos políticos pedagógicos nossos, um curso de complementação pedagógica de quinhentos e quarenta horas, que é o que a lei permite. A proposta foi discutida entre as cinco universidades e firmamos uma parceria para oferecer aos professores essa formação. Já formamos quinhentos professores inicialmente e agora estamos em formação de mais mil e quinhentos professores. Provavelmente, abriremos um novo concurso para mais duas mil vagas, expandindo a formação não só para aqueles que já constituem a rede, mas também para o público externo em geral.

EPCT | Professora, qual a sua avaliação a respeito das escolas que já implementaram o Ensino Integrado no Paraná?

Nós temos escolas em fases diferentes. Temos escolas que estão iniciando, outras que já avançaram bastante e outras que estão bem próximas da integração. Sabemos que o Ensino Integrado é o resultado de uma discussão e de uma decisão envolvendo a comunidade escolar, o gestor, o conjunto de profissionais da escola e a comunidade externa. Mesmo assim, mudar um curso de três para quatro anos não é uma tarefa fácil, pois envolve uma mudança de cultura. No primeiro ano, tivemos problemas de evasão. Hoje já diminuiu bastante, mas ainda ocorre, assim como ocorre no ensino médio, pois é uma característica que temos. Tivemos casos de escolas que fizeram a escolha de curso inadequada para a comunidade delas. Em outras, tivemos gestores que decidiram isoladamente, apesar da indicação de que tinha de ser coletivamente discutido o programa. A formação de professores ainda é uma dificuldade que a gente tem de trabalhar mais. A reestruturação e atualização curricular também precisam ser constantes. É importante também que o professor seja do quadro próprio do estado, e não contratado temporariamente, como ainda acontece, pois ele precisa acompanhar esses quatro anos de formação do aluno. Outro ponto não resolvido é a questão do financiamento. Nós ainda não temos uma relação de custo/aluno na educação profissional de nosso país. O que temos são medidas paliativas, tanto do governo estadual quanto do federal. A medida paliativa agora é a expansão do IFET (Instituto Federal de Educação Tecnológica) e a expansão do Brasil Personalizado. Entretanto, a gente tem de ter o pé no chão, pois não adianta construir, reformar, equipar, temos de ter professores bem preparados e a manutenção também é essencial. Nós não temos um fundo específico da educação profissional. O estado do Paraná possui um fundo rotativo de manutenção das escolas de ensino regular, com um valor não muito alto, para a escola realizar alguns reparos na estrutura. Nosso avanço foi conseguir aprovar um fundo rotativo da educação profissional, para que as escolas recebam recurso para fazer a manutenção dos seus equipamentos. Contudo, por mais que o médio integrado possa utilizar os recursos do Fundeb, ele ainda não é suficiente. Por isso, o governo do estado tem colocado a maior parte de recursos para que esses cursos possam ser mantidos.

“**Assim como o currículo é construído coletivamente, o trabalho docente na escola também deve ser coletivo.**”

EPCT | Professora, o que é tratado em seu livro?

O livro, na verdade, é uma coletânea de textos de alguns autores que iniciaram a discussão conosco no Paraná. Ele está dividido em três partes: a primeira traz uma fundamentação do programa, a segunda fala um pouco sobre a política de integração no estado do Paraná e a terceira parte traz duas contri-

buições de escolas, relatando um pouco como foi o segundo passo da reestruturação curricular do estado do Paraná. O livro é apenas uma pequena contribuição, mas queremos continuar essa discussão, pois acreditamos no ensino médio integrado no Paraná.

EPCT | Professora, para concluirmos, no Paraná há tanto o ensino médio regular quanto o integral, em qual deles a oferta é maior? Há alguma estatística com respeito a isto? E quanto ao tempo, por que o regular continua com a duração de três anos e o integral com quatro?

Ainda não temos como fazer essa estatística. No Paraná, há cerca de 400 municípios, muitos deles com baixa densidade populacional – com cinco a sete mil habitantes apenas –, o que torna inviável a oferta de escola com ensino técnico. Pois, por exemplo, se abrirmos um curso de informática em um desses municípios, em quatro anos formaremos a cidade inteira, e deixaremos o professor sem atividade. Nos pequenos municípios a gente não consegue checar isso, mas nos maiores e médios – a partir de 15 mil habitantes – podemos, pois trabalhamos com arranjos e arcos ocupacionais, isto é, pegamos cursos como de informática, secretariado, recursos humanos e fazemos rodízio entre os municípios para que eles não fiquem permanentes. Oferecemos certo curso em um município, depois de três anos mudamos o curso e os professores para outro município e, a partir daí, vamos formando uma cidade inteira em informática, meio ambiente e assim por diante. Em algumas localidades, nós temos de ter pelo menos dois cursos, o parzinho, para recuarmos um e ampliarmos o outro. Já nas cidades, como Curitiba, Londrina, Cascavel, a variação de cursos é imensa. Para vencermos o desafio dos pequenos municípios, a Setec, em parceria com o Instituto Federal Tecnológico e a Universidade Tecnológica do Paraná, criou e vem buscando implementar o e-Tec Brasil (Escola Técnica Aberta do Brasil) – programa com cursos de formação profissional técnica de nível médio a distância para todos os municípios do estado –, de forma a atender à demanda desses municípios, sem assumir o risco de ter professores do quadro em cada um deles. Ano que vem, nós chegaremos a 382 municípios com o e-Tec Brasil.

